

4 de novembro de 2020

NOTÍCIAS

1. GOVERNO ADMITE DERROTA EM VETO DA DESONERAÇÃO EM VOTAÇÃO PREVISTA PARA ESTA QUARTA

O governo Jair Bolsonaro reconheceu a líderes partidários nesta terça-feira (3) que não tem apoio para manter o veto à prorrogação da desoneração da folha e cedeu para que a votação ocorra nesta quarta-feira (4).

A votação dos vetos foi confirmada pelo presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), durante a sessão do Senado realizada nesta terça-feira. Segundo líderes que participaram da reunião, o veto da desoneração está incluído.

"Aproveitar para informar o plenário que nós teremos sessão do Congresso Nacional amanhã [quarta]. Os líderes estão reunidos desde as 14h, mas construíram entendimento em relação à votação dos PLNs e dos vetos. E amanhã às 10h nós teremos sessão na Câmara; 16h, no Senado; e 19h, na Câmara", disse.

"Então amanhã nós teremos, enfim, a sessão do Congresso Nacional", afirmou.

Governo Jair Bolsonaro reconheceu a líderes partidários que não tem apoio para manter veto à prorrogação da desoneração da folha - Gabriel Cabral - 26.jul.2019/Folhapress

O acordo para a derrubada dos vetos foi fechado em reunião virtual entre os líderes do Congresso. O encontro foi convocado e conduzido pelo líder do governo no Senado, Eduardo Gomes (MDB-TO).

Líder da Rede no Senado, o senador Randolfe Rodrigues (AP) afirmou que já há maioria necessária para derrubar o veto sobre desoneração. "Isso salvará empresas e, principalmente, milhares de empregos no Brasil", afirmou.

Na Câmara, a expectativa também é de que o veto caia.

Líder do PSB na Casa, o deputado Alessandro Molon (RJ) defendeu a derrubada. "Tudo de que o Brasil não precisa agora é de elevação de

impostos, o que aumentaria ainda mais o já altíssimo desemprego", disse.

"O Congresso acerta ao se preparar para derrubar esse veto, protegendo os empregos de nosso povo."

A desoneração da folha, adotada no governo petista, permite que empresas possam contribuir com um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto, em vez de 20% sobre a remuneração dos funcionários para a Previdência Social (contribuição patronal).

A medida representa uma diminuição no custo de contratação de mão de obra.

Atualmente, a medida beneficia companhias de call center, o ramo da informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, além de empresas de comunicação, companhias que atuam no transporte rodoviário coletivo de passageiros e empresas de construção civil.

O incentivo tributário, porém, está previsto para terminar em 31 de dezembro de 2020.

Empresários desses setores, que reúnem cerca de 6 milhões empregos diretos, dizem que não suportariam esse aumento de custo. Segundo eles, 1 milhão de pessoas poderiam perder os empregos com o fim da desoneração.

Por ampla maioria, o Congresso aprovou, em junho, um projeto que adia o fim da medida para dezembro de 2021. Bolsonaro, porém, vetou a decisão dos deputados e senadores.

O veto, agora, precisa ser analisado pelo Congresso. Segundo líderes, a tendência ainda é derrubarem o ato de Bolsonaro, estendendo o benefício a essas empresas por mais um ano.

Alcolumbre avaliou a aliados que está assumindo o desgaste por causa do impasse em relação ao veto. O governo conseguiu adiar essa discussão desde o começo do segundo semestre.

4 de novembro de 2020

Apesar das incertezas sobre o quórum para a sessão nesta quarta, senadores querem que, em caso de um novo adiamento da votação, o ônus fique com os líderes da Câmara.

Na Casa, há uma disputa de poder envolvendo o líder do centrão, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente da Casa, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). As votações na Câmara estão travadas há semanas.

O atraso na decisão sobre o veto, porém, começou antes do embate na Câmara.

Ainda em julho, o Ministério da Economia prometeu apresentar uma medida que atenderia um desejo do titular da pasta, Paulo Guedes: uma ampla desoneração da folha (não apenas para alguns setores) e, em troca, um novo imposto seria criado para bancar a redução nos encargos trabalhistas.

Líderes do governo no Congresso então atuaram para que a votação do veto aguardasse o movimento de Guedes. Mas, até hoje, a equipe econômica não apresentou uma solução.

Interlocutores de Bolsonaro então passaram a admitir a derrota.

Se derrubarem o veto, os congressistas terão de ajustar as contas do próximo ano.

O projeto de Orçamento de 2021 já prevê um gasto de R\$ 3,7 bilhões com a desoneração da folha de pagamento desses setores. Isso acontece porque, mesmo com o fim previsto para dezembro de 2020, a medida gera efeito nos encargos a serem pagos nos quatro primeiros meses do próximo ano.

Assim, o custo adicional da prorrogação do incentivo fiscal seria de R\$ 4,9 bilhões no Orçamento de 2021.

Sem o corte proporcional de despesas, o governo estouraria o teto de gastos. Com isso, haveria descumprimento da regra prevista na Constituição, que limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior.

Interlocutores do Palácio do Planalto tentaram usar essa discussão para acelerar a votação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, que autoriza o acionamento de medidas temporárias, como corte de salário e jornada de servidores, em momentos de crise nas contas públicas.

A ideia era incluir na PEC Emergencial um artigo que deixaria claro que a desoneração da folha poderia, sim, vigorar por mais um ano.

Auxiliares de Guedes defendiam que ampliar os benefícios tributários, com a derrubada do veto, seria uma medida inconstitucional.

O argumento é que, desde novembro do ano passado, quando entrou em vigor a reforma da Previdência, fica proibido conceder novos descontos que reduzem a arrecadação do fundo que banca as aposentadorias do setor privado.

O governo, então, abriria mão da disputa sobre a desoneração e, em troca, aceleraria a votação da PEC Emergencial, após as eleições municipais, de novembro.

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/governo-admite-derrota-em-veto-da-desoneracao-em-votacao-prevista-para-esta-quarta.shtml>